

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL: O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INTERVENÇÃO COM CRIANÇAS SURDAS



DÉBORA GALDINO SILVA

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Ibirapuera (2007). Atualmente Assistente de direção no CEMEI Carmelo Cali e já atuou como professora especialista na disciplina de LIBRAS da Universidade Ibirapuera e assistente de direção no CEU EMEF José Saramago - Polo Bilingue para Surdos da Prefeitura Municipal de São Paulo. Especialista nas áreas de Gestão da Educação Pública pela UNIFESP (2019), Educação Especial com ênfase na área da Surdez pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012) e Psicopedagogia pela Universidade de Santo Amaro (2012). Lecionou em classes de Ensino Fundamental I em escolas particulares. Posteriormente ingressou no serviço público municipal atuando como professora em escolas de Educação Básica. Atuou como coordenadora pedagógica no CEU EMEF José Saramago contribuindo para implementação do Projeto de Educação Bilingue para Surdos em que iniciou como professora bilingue em 2012.

RESUMO

Com o propósito de fazer algumas reflexões a cerca da educação de crianças surdas e a possibilidade de atuação e intervenção psicopedagógica junto a elas, este artigo aborda algumas questões referentes ao desenvolvimento cognitivo dos surdos, assim como o papel e as contribuições do psicopedagogo aliado ao desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitam a construção de conhecimento e estabelecimento de vínculos positivos entre o aluno, a escola e a família. Também se reflete sobre aspectos importantes relacionados à realidade escolar dos surdos e quais contribuições o psicopedagogo pode levar para o atendimento clínico e institucional com esses educandos.

Palavras-chave: Surdez; Educação; Psicopedagogo.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre a realidade educacional dos alunos Surdos e quais as possibilidades de atuação do psicopedagogo frente a algumas dificuldades encontradas durante o processo de ensino-aprendizagem desses educandos, se faz necessário quando o assunto é políticas educacionais voltadas ao atendimento das necessidades e ensino de qualidade para todos.

De maneira recorrente, podemos encontrar relatos de obstáculos, justificados principalmente pelo fato dos Surdos apresentarem a falta da fala e da percepção do som e ao mesmo tempo críticas a essas práticas pedagógicas que deveriam apresentar-se de forma diferente, considerando as especificidades desses sujeitos. Embora se reconheça hoje que a pessoa Surda tem uma língua própria e que através dela é que vai se comunicar e conceber o mundo, o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS por um

amplo setor da sociedade ouvinte, incluindo os profissionais da educação, ainda se apresentam como uma barreira para o aprendizado destas crianças.

Contudo, a aquisição precoce deste idioma é um dos caminhos que tem se mostrado eficiente e necessário para alcançar um efetivo trabalho pedagógico com os alunos Surdos, por resultar em um aprendizado mais significativo e possibilitar a construção de conceitos a cerca da Língua Portuguesa. Essa abordagem de ensino tem a Libras como a L1 dos Surdos e a Língua Portuguesa como L2.

Assim alguns desafios configuram-se diante das especificidades visuais e bilíngues dos Surdos e surge cada vez mais a necessidade de discutir caminhos para que a criança Surda obtenha sucesso em seu percurso educacional. Acredita-se que por meio de reflexões será possível promover mudanças e avanços mais significativos na área da surdez, da educação, assim como na Psicopedagogia, uma vez que a atuação do psicopedagogo deve ocorrer de modo a desenvolver programas de favorecimento da aprendizagem, que atenda às questões e reais necessidades dos educandos.

Torna-se relevante refletir sobre o papel do psicopedagogo na intervenção clínica e institucional com crianças Surdas, na medida em que a escolarização incorpora neste indivíduo uma série de novas relações e habilidades, que são oportunizadas por meio do acesso a uma educação de qualidade que atenda suas necessidades reais. Além disso, esta etapa da vida escolar é um momento de inicialização de caminhos a serem percorridos pela criança e que refletirão em sua vida pessoal, social, psicológica e educacional.

Esse trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (2010) trata-se de uma pesquisa realizada com base em dados, documentos publicados ou elaborados por pesquisadores e professores, livros, artigos de periódicos, congressos, monografias e teses relacionados ao tema.

A pesquisa bibliográfica também se utiliza da análise histórica e documental, tanto de registros atuais como de registros mais antigos. Em alguns momentos, se fez necessário uma abordagem qualitativa dos assuntos abordados, que considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (LIMA, 2004). Dessa maneira, tais recursos de pesquisa possibilitaram uma boa compreensão da temática e principalmente dos desafios que permeiam a atuação do psicopedagogo frente à realidade educacional das crianças Surdas.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Durante a Antiguidade e boa parte da Idade Média tinha-se a ideia de que os Surdos não eram capazes de aprender e por isso não havia preocupação ou investimento em sua educação. Conforme Lacerda (1998) foi no início do século XVI que se iniciaram algumas discussões e reconheceu-se que o Surdo, assim como o ouvinte, possuía habilidade de raciocinar e dessa forma, poderia aprender.

Ainda nessa época, a educação de Surdos era destinada apenas aqueles pertencentes às famílias abastadas, nobres e influentes, que contratavam professores particulares para que não ficassem privados da fala e conseqüentemente dos direitos legais, como casar e herdar bens. (LACERDA, 1998)

Assim como na educação do ouvinte, os primeiros beneficiados com esses estudos foram os Surdos de família rica, conforme menciona Silva:

Na época, destinava-se apenas aos filhos de ricos e nobres, porque estes queriam garantir a continuidade de seus bens materiais no próprio seio familiar, o filho surdo, em alguns casos, teria que ter alguns conhecimentos para administrar os bens da família. Já os surdos que não nasceram em berço de ouro estavam no rol dos chamados vagabundos, em situações de verdadeira miséria, pelo isolamento social e pela falta de trabalho. (SILVA, 2006, p.18)

Pensava-se que ao adquirir a linguagem oral, o Surdo teria condições de alfabetizar-se e letrar-se e uma vez que tivesse aprendido a falar e compreender a fala através da leitura labial, os conteúdos escolares poderiam ser apresentados. Isso não estaria atrelado à idade, mas à aquisição e aprendizado da língua oral. (SOARES, 2005)

Por volta de 1970, estudos sobre as Línguas de Sinais utilizadas pelas Comunidades Surdas começaram a surgir, diante do evidente fracasso na tentativa de fazer com que os Surdos aprendessem a língua oral e se colocassem no mundo a partir dela, instituiu-se então a abordagem de exposição à língua denominada Comunicação Total.

De acordo com Lacerda (1998) “apesar da proibição dos oralistas no uso de gestos e sinais, raramente se encontrava uma escola ou instituição para surdos que não tivesse desenvolvido, às margens do sistema, um modo próprio de comunicação através dos sinais”. Esse novo método combinava todos os tipos de comunicação, desde a leitura labial até o uso de sinais.

Conforme Moura (2000), a Comunicação Total tinha como premissa o estabelecimento de alguma comunicação com a criança Surda. Para atingir tal objetivo, os profissionais passaram a aliar a língua oral à elementos da Língua de Sinais, utilizando diversos recursos, fossem eles gestos ou a mistura da fala com sinais isolados retirados da Língua de Sinais preservando a estrutura da língua oral.

Dessa forma, acreditava-se que os Surdos poderiam se expressar de diversas maneiras, o mais importante para essa filosofia era encontrar a melhor forma que cada um

tinha para se comunicar com o outro. Em relação à língua pode-se dizer que para cada palavra pronunciada na língua oral da maioria ouvinte utilizava-se um sinal ou gesto concomitantemente.

Como esse método continuava a deixar lacunas no processo de ensino-aprendizagem da criança Surda, tal como o Oralismo, esse prejuízo era frequentemente justificado pela condição da surdez e não pela maneira como a educação escolar era conduzida. Ainda assim, com o passar do tempo, novos estudos sobre as Línguas de Sinais foram se efetivando e com eles surgiu como alternativa educacional a proposta de educação bilíngue. (LACERDA, 2000)

Devido ao insucesso das abordagens educacionais anteriores, surgiu o Bilinguismo com o intuito de desenvolver as potencialidades dos Surdos, a partir da Língua de Sinais, respeitando sua identidade, sua cultura e sua diferença.

Conforme definição de Silva e Nembri (2008), o Bilinguismo dos Surdos pode ser entendido como uma prática que:

(...) parte do reconhecimento de que os surdos estão em contato com as duas línguas. Esta afirmação aponta para o reconhecimento da língua de sinais como uma língua natural que, mesmo sendo usada por uma comunidade minoritária, deve ser aceita sem restrições. A educação bilíngue parte do pressuposto de que a língua de sinais é a língua natural dos Surdos, que, mesmo sem ouvir, são capazes de desenvolver uma língua espaço-visual. (SILVA e NEMBRI, 2008 p.25)

De acordo com Goldfeld (2002), o Bilinguismo é uma filosofia que acredita que o Surdo deve primeiro adquirir a Língua de Sinais como língua materna, e posteriormente aprender uma segunda língua, no caso do Brasil, o Português.

Além disso, segundo a autora, no Bilinguismo, diferente das demais abordagens de exposição à língua, o Surdo deve assumir a surdez como uma diferença e, não como deficiência quando comparado ao ouvinte, pois no caso dos Surdos, eles têm língua, cultura e identidade própria que lhe caracterizam.

O que se percebe ao estudar as bibliografias consultadas, pesquisar sobre a educação da pessoa Surda e conversar com profissionais envolvidos é que acredita-se que o Bilinguismo proporciona melhores condições para a aprendizagem do Surdo. Em consonância com essas ideias Rodrigues-Moura (2008) acrescenta que através da Língua de Sinais o sujeito Surdo constrói linguagem, apropria-se da cultura Surda e participa da Comunidade Surda, que lhe dá subsídios para pensar, construir conceitos, conhecimento de mundo e interagir na sociedade nos âmbitos familiares e educacionais.

Ao analisar esta retrospectiva é possível perceber que a educação de Surdos passou por muitas mudanças, porém alguns desafios ainda configuram-se diante das especificidades visuais e bilíngues dos alunos Surdos. Desta forma, surge, cada vez mais,

a necessidade de discutir caminhos para que a criança Surda se alfabetize e adquira seus conhecimentos escolares dentro de práticas de letramento, de modo que possam se comunicar e desenvolver suas capacidades não só linguísticas, mas também, físicas, cognitivas e psicológicas.

ESCOLARIZAÇÃO DE SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO

No município de São Paulo, a política de atendimento da Rede Municipal de Ensino, viabiliza suporte especializado às crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais - NEE. No caso dos Surdos, são oferecidos espaços e serviços que favorecem o desenvolvimento das potencialidades desses educandos, a partir da Língua de Sinais e educação bilíngue. Na Rede Municipal de Ensino, o indivíduo com NEE, assim como o Surdo pode obter auxílio nos seguintes locais:

Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão – SAAI: as salas de apoio atendem alunos com NEE que podem ou não estar relacionadas com deficiências, limitações ou disfunções no processo de desenvolvimento, assim como crianças com superdotação ou altas habilidades. Esse ambiente, presente em grande parte das unidades educacionais da Rede Municipal, tem como objetivo auxiliar no processo de desenvolvimento dos educandos que a frequentam, no período contrário ao que vão para a sala de aula regular. É um serviço de apoio pedagógico especializado, desenvolvidos por professores com formação específica para atuar junto a esses alunos.

Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão – CEFAl: esse serviço é vinculado as Diretorias Regionais de Educação que integram em seu projeto, o atendimento a alunos com NEE. O CEFAl é responsável por possibilitar formações e projetos, elaborar materiais, orientar e supervisionar o trabalho realizado na SAAI, além de realizar visitas periódicas às escolas e se necessário, atendimentos com as famílias. Os profissionais que atuam nesse local são professores de apoio e acompanhamento à inclusão – PAAI, com qualificação e formação adequada nas áreas de deficiência sejam: física, mental, visual ou auditiva. O trabalho realizado por estes profissionais vão desde a coordenação à integração de atividades que envolvam alunos, professores, pais e funcionários.

Escolas Pólo de Educação Bilíngue: esse é um projeto novo de educação inclusiva bilíngue para alunos Surdos na Rede Municipal de São Paulo. O projeto faz parte do programa Inclui e está vinculado ao decreto que regularizou as EMEBS em novembro de

2011. A proposta da Escola Pólo que é uma escola regular, inclusiva e bilíngue, deve atender ao Surdo e sua especificidade e atender também aos alunos ouvintes.

O projeto prevê a utilização de material bilíngue, bem como propõe ações de toda a equipe escolar que participa da composição da escola Pólo Bilíngue: intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, professores Bilíngues, instrutores Surdos, assessoria pedagógica e de pesquisa para fazer da escola regular um espaço que seja, de fato, local de aprendizagens para alunos Surdos e ouvintes. Atualmente, o Município de São Paulo conta apenas com duas instituições escolares que oferecem essa proposta de educação.

Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS: essas escolas já existiam para atendimento aos alunos Surdos que não estavam nas escolas regulares, porém além de crianças Surdas, também eram matriculados alunos com outras necessidades. Com o intuito de formalizar a proposta de Educação Bilíngue, a Prefeitura de São Paulo por meio do Decreto Nº 52.758, em 10 de novembro de 2011. Instituiu em seu artigo nº 10 que:

As atuais Escolas Municipais de Educação Especial - EMEEs passam a denominar-se Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos – EMEBS, que deverão reorganizar-se e reformular sua estrutura de funcionamento, a fim de se adequarem às novas diretrizes e disposições estabelecidas neste decreto. (DECRETO Nº 52.758, 2011)

Dessa forma, as EMEBS passaram a ser escolas especializadas e destinadas à educação de Surdos e crianças com outras deficiências associadas à surdez, unidades onde a Língua Brasileira de Sinais - Libras é a primeira língua e a Língua Portuguesa é ensinada como segunda língua, na modalidade escrita. Com esta mudança de nomenclatura, os alunos Surdos passaram a ter o reconhecimento de que uma estrutura adequada se faz necessária para o aprendizado, inclusive com material pedagógico específico. Nas EMEBS, o corpo docente é formado por profissionais especializados na área da Surdez, por meio de pós-graduação.

Após anos de dúvidas e acontecimentos que permearam a Educação de Surdos, muitos estudos e novos conhecimentos foram se solidificando. Atualmente, as formas de atendimento educacional e as necessidades apresentadas pelos indivíduos Surdos têm sido uma temática bastante discutida. Nesse contexto, a Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, a Secretaria Municipal de Educação – SME e a Diretoria de Orientação Técnica - DOT, em parceria com especialistas da área da Surdez e com os profissionais que atuam nas EMEBS elaboraram um Programa de Orientações Curriculares voltados à Educação de Surdos.

Segundo a SME (2008), este programa foi criado com o intuito de “contribuir para a reflexão e discussão sobre o que os estudantes precisam aprender, relativamente a cada

uma das áreas de conhecimento, e subsidiar as escolas para o processo de seleção e organização de conteúdos”. Fazem parte deste programa, documentos como: Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (2008), Projeto Toda Força ao 1º ano (TOF) – Contemplando as especificidades dos alunos Surdos e Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Língua Portuguesa para Pessoa Surda (2008).

O Projeto Toda Força ao 1º ano (TOF) traz o reconhecimento de que o aluno Surdo apresenta condições diferenciadas para a aprendizagem da Língua Portuguesa e por isso necessita que os profissionais estejam bem preparados e entendam como ocorre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita pelo Surdo. Na apresentação deste documento é possível constatar que durante muitos anos a escola ignorou as especificidades dos alunos Surdos e insistiu em trabalhar com eles da mesma forma que com os ouvintes.

O mesmo documento reconhece o direito dos Surdos a uma Educação Bilíngue, na qual a Língua de Sinais é a primeira Língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, é a segunda. O TOF (2008 p. 16) também afirma que “a modalidade oral da Língua Portuguesa é uma possibilidade, mas deve ser trabalhada fora do espaço escolar”. Tais afirmações refletem a ideia de que a abordagem bilíngue na Educação de Surdos deve proporcionar o desenvolvimento linguístico na Língua de Sinais, junto com um processo de sensibilização para a leitura e a escrita, que deve ocorrer através do trabalho com diferentes gêneros literários, fazendo com que o aluno perceba a utilidade da escrita em situações reais do seu cotidiano.

Os adultos próximos devem explicar, em Língua de Sinais, o conteúdo do texto. Desta forma, a criança vai sendo introduzida na prática letrada e tem oportunidade, assim, de vivenciar experiências ricas e prazerosas relacionadas à escrita. (TOF, 2008 p. 17)

Quanto à aquisição da Língua Portuguesa, o TOF ainda ressalta que esta é uma segunda língua e que pressupõe a aquisição da Língua de Sinais, porém não basta possuir um conhecimento fragmentado desta L2, deve-se ter como objetivo formar leitores e escritores competentes, por isso enfatiza-se o trabalho com textos para construir conhecimentos linguísticos.

A constatação de que o ensino de leitura e escrita para Surdos tem características diferentes do processo de alfabetização do ouvinte foi o que motivou a elaboração deste material pela PMSP. Durante muito tempo acreditou-se que o Surdo não aprendia a Língua Portuguesa devido à surdez, conforme é apontado no TOF:

Se, no ensino para ouvintes, que contam com a Língua Portuguesa na modalidade oral, a adoção desta concepção de língua resultou num número significativo de alunos que não compreendem o que leem e que não produzem textos, no caso dos alunos surdos os resultados foram dificuldades tão acentuadas, tanto na leitura, quanto na escrita, que passaram a ser atribuídas à surdez. Assim, por serem surdos, os alunos foram representados como incapazes de atribuir sentido à leitura e de produzir sentido na escrita. (TOF, 2008 p. 20)

Assim, é possível constatar que a ênfase deve estar em ler, não ensinar a ler. As questões gramaticais, inicialmente, não devem ocupar grande espaço, somente nos casos que as crianças solicitarem. Quando essa criança já tiver mais conhecimento sobre a língua, é interessante que se inicie um trabalho focado na sistematização dessa língua.

Essa reflexão relacionada aos Documentos oficiais do Município de São Paulo sobre o processo de aprendizagem e alfabetização de crianças surdas faz-se necessária para mostrar ao leitor um pouco do resultado dos trabalhos realizados pelas EMEBS durante os anos, assim como, o início da concretização de uma proposta educacional adequada às especificidades desses sujeitos, a Educação Bilíngue para Surdos.

De acordo com Goldfeld (2002) essa abordagem de exposição à língua, visa desenvolver o sujeito Surdo em todas as suas potencialidades, portanto, o sujeito é estimulado a assumir a sua surdez como uma diferença que o caracteriza, e não que lhe inferioriza, como é feito, nas abordagens do Oralismo e da Comunicação Total em que esse sujeito é visto como um deficiente.

Neste sentido, Sá (2006) afirma que o Bilinguismo possibilita ao Surdo não só o aprendizado da leitura e da escrita, mas a formação como sujeito do mundo, enquanto cidadão de uma sociedade. O Bilinguismo é a única abordagem que vai permitir o uso da Língua de Sinais pelo Surdo, assim como a apropriação e construção dos mais diversos conceitos, o aprendizado da língua escrita como L2 de maneira contextualizada, para que o Surdo possa de fato conquistar sucesso na sua vida escolar, profissional e pessoal.

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INTERVENÇÃO COM SURDOS

Para Vygotsky (2001), a linguagem é um instrumento fundamental que possibilita o indivíduo constituir-se como sujeito, pois é através dela que ocorrem as interações necessárias para a construção do conhecimento e dos processos cognitivos. É importante destacar que, diferente das crianças ouvintes, muitas crianças Surdas chegam à escola sem conhecimento de uma língua, principalmente da Língua de Sinais que é a língua natural dos Surdos. Esse fato não pode deixar de ser considerado e merece especial

atenção na proposta de educação bilíngue já que a sua adoção na educação é uma realidade recente no Brasil.

Sabe-se que o primeiro lugar onde a criança tem a oportunidade de socializar-se e atuar significativamente é em seu seio familiar, através do contato com as pessoas que convivem com ela diariamente. O segundo local em que a criança pode experimentar e vivenciar seu processo de socialização, assim como se preparar para viver em sociedade e desenvolver suas competências cognitivas, se faz no ambiente escolar, onde o papel dos professores é de extrema relevância, uma vez que a construção de vínculos positivos entre alunos e professores será fundamental para o bom desenvolvimento cognitivo e psicológico. (ALMEIDA, 2011)

Diante do fato que muitas crianças Surdas são privadas dessa primeira interação e construção de vínculos positivos com a família, devido à falta de conhecimento da Língua de sinais, Botbol e Lecoutre apud Silva (2003) afirmam que a escola que é parte fundamental nesse processo, acaba por ter seu papel e sua relevância ampliados, o que significa que os profissionais em educação, com o apoio de especialistas, no caso o psicopedagogo, precisam de um melhor preparo para receber esses educandos que não tiveram a chance de interagir de forma dialética com seus familiares e por isso podem não ter vivenciado uma estimulação do seu processo de aprendizagem.

Considerando que o objeto de estudo da Psicopedagogia é o sujeito que aprende e a maneira como ocorre essa aprendizagem, assim como os processos de ensinagem presentes na escola, Fernández (2001) afirma que o papel do psicopedagogo na instituição escolar é:

“...utilizar os conhecimentos e a atitude clínica para situar-se em outro lugar, diferente ao que têm no consultório. A experiência de consultório pode servir-lhe muitíssimo para situar-se diante de professores, alunos e de si mesmo como alguém que propicia espaços de autoria de conhecimento”. (FERNÁNDEZ, 2001 p.35)

Assim, entende-se que a Psicopedagogia enxerga o processo de aprendizagem dentro de um contexto complexo que envolve diferentes sujeitos, isto é, o sujeito que aprende, o sujeito que ensina, o objeto de aprendizagem e a relação que se estabelece entre eles para alcançar a construção de conhecimentos, relação esta que é intermediada pelos processos subjetivos de cada indivíduo.

Dessa forma, Silva (2010) aponta que no contexto educacional, o aluno Surdo pode se deparar com dificuldades escolares, tanto quanto qualquer outro aluno, mesmo utilizando a Libras como a L1 e os conteúdos escolares sendo trabalhados a partir dela. Por isso a autora defende que “a presença de um profissional que o atenda e seja capaz de realizar uma análise das questões afetivas juntamente com as cognitivas que resultaram

naquela dificuldade de aprendizagem se faz necessária para um bom desenvolvimento” (SILVA, 2010 p.1). Esta é, então, a esfera de atuação e intervenção do psicopedagogo, tanto na clínica como na instituição escolar.

Com o intuito de solucionar tais problemas na escola, Silva (2010) aponta para a necessidade de promover mais cursos de Libras nos diversos níveis educacionais, principalmente nos cursos de Psicopedagogia, pois assim possibilitaria ao psicopedagogo intervir e orientar a instituição, assim como:

(...) auxiliar os profissionais da escola (professores, diretores, funcionários) a conhecer a língua de sinais e as peculiaridades dos alunos surdos, e elaborar com os professores propostas e recursos pedagógicos que auxiliem o desenvolvimento cognitivo do aluno surdo (...) a Psicopedagogia também pode acompanhar o processo inclusivo do aluno Surdo em sala de aula, em todas as idades e níveis escolares, através da elaboração de estratégias para preparação e qualificação dos professores para acolher esse educando a fim de evitar a evasão escolar do aluno. (SILVA, 2010 p. 2 e 10)

Em âmbito clínico, Silva (2010 p. 1) defende que “a aprendizagem da LIBRAS pelo psicopedagogo, se torna primordial ao se deparar com o paciente Surdo, pois este terá seu trabalho facilitado e não necessitará recorrer a intérpretes que podem não seguir questões de sigilo e ética profissional”. Ainda sobre a atuação do psicopedagogo na clínica, Fernández (1991) acrescenta que o foco de seu trabalho será observar quais recursos o sujeito conta para aprender, qual o papel do conhecimento e do aprender para o sujeito e sua família de maneira subjetiva, qual o papel que o sujeito ocupa no seu meio familiar, qual a sua modalidade de aprendizagem e que função tem a não aprendizagem para ele e o seu grupo familiar.

Neste sentido, Silva (2010 p. 9) coloca que “ao observar tais processos cognitivos e psicológicos que permeiam o processo de aprendizagem da criança ou adolescente Surdo, considerando-se sua autoimagem e autoestima como ser “diferente”, “deficiente” ou “inválido”, o diagnóstico psicopedagógico buscará explorar questões ligadas ao tipo de relação que o sujeito surdo estabelece com o objeto de conhecimento, de que maneira o conhecimento pode ser transmitido a esse sujeito para que ele possa atuar na sociedade e se sentir parte dela e quais as expectativas que o sujeito Surdo tem a respeito do aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finaliza-se este trabalho entendendo que os objetivos propostos para esta pesquisa, assim como as expectativas relacionadas ao tema foram amplamente discutidas, consolidando a hipótese inicial de que se o psicopedagogo auxilia a criança ou adolescente Surdo a expressar-se através da língua de sinais, este possibilita que ele construa uma

autoimagem positiva, que se nomeie como “diferente” e não “deficiente” e, que lute pelos seus direitos, em nome de sua subjetividade e cidadania.

Posto isso e em concordância com as ideias de Silva (2010 p.10), reafirma-se que em ambas as áreas de atuação, a Psicopedagogia clínica e institucional “irá focar seu interesse na construção da subjetividade do sujeito Surdo, inserido numa família de ouvintes ou Surdos, qual a dinâmica familiar envolvida na surdez e é assim que irá se constituir a identidade individual e cultural desse sujeito Surdo”. Vale ressaltar o apontamento feito pela autora em sua pesquisa, de que este indivíduo Surdo no espaço escolar, pode estar diante de certas propostas inadequadas e que se nomeiam como “inclusivas”, mas que na realidade não possuem uma infraestrutura suficiente para a inclusão, levando o aluno a apresentar dificuldades de aprendizagem e de autoestima como qualquer outro aluno ouvinte.

Outro ponto relevante é o fato de que o Bilinguismo precisa ganhar força e espaço na escola para garantir mudanças no processo de aprendizagem da criança Surda e que a Língua de Sinais ganhe cada vez mais espaço nos diferentes ambientes. No entanto, sabe-se que ainda há muito a pesquisar e explorar sobre o tema, por isso, este estudo há de ser prolongado e aprofundado futuramente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Andréa Oliveira. **A intervenção psicopedagógica na inclusão de alunos surdos.** Revista Episteme Transversalis, 2011. V.2, n.1. Disponível em: <file:///I:/2012/P%C3%B3s%20Unisa%20-%20Psicopedagogia/Unisa%20-%20Monografia/REVISTA%20EPISTEME%20TRANSVERSALIS%20%E2%80%93%20V.%202,%20N.%201,%202011%20A%20INTERVEN%C3%87%C3%83O%20PSICOPEDAG%C3%93GICA%20NA%20INCLUS%C3%83O%20DE%20ALUNOS%20SURDOS%20Andr%C3%A9a%20Olive.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2020.
- BOTBOL, M. E LECOUTRE, C. **Os pais e a escola.** Em: Maria Cecília Pereira da Silva (org.) Parentalidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003 (p. 133-139).
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos – Ideologias e práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ESCOTT, C. M. **Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional**: um olhar e uma escuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo**: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamentos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**: abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família. Tradução Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1991.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 5ª Ed. 2010.

GOLDFELD, M. **A criança Surda**. São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, C. B. F.. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. [online] Disponível em: http://www.sj.ifsc.edu.br/~nepes/docs/midiateca_artigos/historia_educacao_surdos/texto29.pdf. Acesso em 11 de outubro de 2020.

LIMA, M.C. **Uma breve reflexão sobre métodos quantitativos e qualitativos**. In monografia: A engenharia da produção acadêmica. São Paulo. Saraiva. 2004. Cap. 2.

MOURA, M. C. de. **O Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 152 p.

PEIXOTO, R. C. **Algumas Considerações sobre a Interface entre Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na Construção Inicial da Escrita Pela Criança Surda**. Campinas: Papyrus, 2004.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Decreto** Nº 52.785, de 10 de novembro de 2011. Disponível em: <http://servidoresjt.wordpress.com/2011/11/11/decreto-n%C2%BA-52-785-de-10-de-novembro-de-2011/> Acesso em 20 de outubro de 2020.

RODRIGUES-MOURA, D. **O uso da LIBRAS no ensino de leitura de Português como segunda língua para Surdos**: um estudo de caso em uma perspectiva bilíngue. 2008. 117f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RUBINSTEIN, Edith (Org). **Psicopedagogia**: uma prática, diferentes estilos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RUBINSTEIN, Edith (Org). **O estilo de aprendizagem e a queixa escolar:** entre o saber e o conhecer. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, A. C. da.; NEMBRI, A. G. **Ouvindo o Silêncio:** educação, linguagem e surdez. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SILVA, Maria Perissini da. **Contribuições do psicopedagogo na inclusão do aluno surdo em sala de aula.** São Paulo: UNISA, 2010. 12 p. Artigo científico – Curso de pós-graduação *latu sensu* em Psicopedagogia clínica e institucional da Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/monografias/18.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

SILVA, V. **Educação de Surdos:** uma releitura da primeira escola Pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M.. (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

SOARES, M. A. L. **A educação de surdos no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Projeto Toda Força ao 1º Ano:** contemplando as especificidades dos alunos surdos / Secretaria Municipal de Educação. – São Paulo: SME / DOT, 2007.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para Educação Infantil e Ensino Fundamental:** Libras / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Orientações curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem para Educação Infantil e Ensino Fundamental:** Língua Portuguesa para pessoa surda / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME / DOT, 2008.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.